

O desafio da poupança

ESTADO DE SÃO PAULO

Para sustentar uma expansão de 5% a 6% do PIB (que não é nada de extraordinária) seria preciso elevar a poupança interna dos atuais 16% do PIB para 22%. Esse é o grande desafio que o Plano Real enfrentará nos próximos meses, com o por objetivo de aumentar o nível de empregos sem inflação. No quadro das opções possíveis, o crescimento dos recursos dos Fundos de Pensão parece a solução mais realista, mas que exigirá profundas mudanças.

No quadro atual da economia brasileira, existem serias dificuldades para aumentar a poupança sem a qual não se pode financiar os investimentos necessários para o crescimento sustentado. O poupador brasileiro, hoje, ainda tem na memória a cultura inflacionária passada: interessa-se por aplicações de curto prazo (CDBs, cadernetas de poupança) e não se

habitua a receber o que considera uma remuneração muito baixa, esquecendo-se que a inflação caiu muito. O mercado bolsista fica ainda aquém das necessidades, ainda que as aplicações nas Bolsas de Valores brasileiras sejam as mais rentáveis do mundo. De fato, são aplicações de risco e sua remuneração depende muito da vontade (bastante aleatória) dos investidores estrangeiros que definem a valorização das ações. Como os investimentos dependem essencialmente de recursos de longo prazo e a custo baixo, somente os empréstimos do BNDES correspondem a essa necessidade ainda que a custo, às vezes, superior ao retorno das aplicações.

Durante anos, os fundos públicos sustentaram os investimentos. Hoje, porém, a poupança do setor público é negativa e nada permite prever que, a médio prazo, será ca-

paz de se recuperar. Para enfrentar a falta de recursos de longo prazo a custo razoável, recorreremos à poupança externa, essencialmente sob forma de empréstimos, mas ao preço da deterioração do balanço de pagamentos em conta corrente. Só os investimentos diretos são bem vindos, mas podem contribuir para a desnacionalização de nossa indústria, o que não é desejável.

A opção mais adequada encontra-se no aumento dos recursos dos fundos de pensão. O Chile, após o fim da previdência pública obrigatória, é um exemplo da eficácia desta forma de poupança. No Brasil, os fundos de pensão das empresas estatais tiveram importante papel. Hoje, mal administrados, têm um futuro duvidoso com a perspectiva da intervenção do Estado para sustenta-los, o que os transformaria de provedores de

poupança em elementos de agravamento do déficit público. A solução está na expansão dos fundos de pensão privados que, além de melhorar o padrão de vida dos participantes e de promover uma verdadeira democratização de capital, poderão constituir no futuro o núcleo mais importante de financiamento do desenvolvimento. Infelizmente, crescem paralelamente à Previdência oficial, que deveria ser eliminada (ou destinada apenas a um renda mínima) e desregulamentada. Os fundos de pensão dispõem de recursos importantes e não necessitam de liquidez imediata. Foram a origem do crescimento do moderno capitalismo norte-americano. Caberia seguir esse exemplo para enfrentar o grave problema do desemprego, que só pode ser resolvido por meio de maiores investimentos.